

A IGREJA CATÓLICA E AS DITADURAS IBÉRICAS DO SÉCULO XX: PAPEL NOS REGIMES E (NÃO) RESPONSABILIZAÇÃO PÓS-TRANSICIONAL

BRUNO GAZALLE CAVICHIOLI¹; CARLOS ARTUR GALLO²;

¹ Universidade Federal de Pelotas – bruno_cavichioli@hotmail.com

² Universidade Federal de Pelotas – galloadv@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por principais bases dois artigos anteriormente publicados (CAVICHIOLI; GALLO, 2022; CAVICHIOLI; OLIVEIRA, 2023) que abordam a participação da Igreja Católica nos processos que levaram à ascensão e à manutenção das ditaduras de Salazar e Franco, as dinâmicas políticas internas a esses processos e a (não) responsabilização dessa instituição quando da queda dos regimes.

A Península Ibérica foi palco das duas mais longevas ditaduras europeias do século XX. Com cerca de quatro décadas cada uma, as ditaduras conduzidas por António de Oliveira Salazar (1889-1970) e Francisco Franco Bahamonde (1892-1975) (BACHOUD, 2011; MENESES, 2011) ultrapassaram em muito suas congêneres mais conhecidas desse período histórico que ocorreram na Itália e na Alemanha.

Muito embora as conjunturas portuguesa e espanhola possam ser individualizadas, suas ocorrências em um período histórico semelhante e seus dois principais grupos de apoio – as Forças Armadas e a Igreja Católica, com especial ênfase para o último –, para além da existência de uma fronteira geográfica entre esses países, permite o exercício da análise de caráter comparativo.

O advento do regime republicano na esteira da queda da monarquia, ocorrido em ambos os países, ocasionou um aumento das medidas de cariz anticlerical. Tida por apoiadora das monarquias derrubadas, a Igreja Católica sofreu perseguições, expropriações e, até mesmo, violência pessoal e patrimonial contra seus membros (ROBINSON, 1974; CASANOVA, 2001; MOLINER PRADA, 2011; SIMPSON, 2014).

Salazar, profundamente católico e que chegou a cursar a carreira seminarista, foi apoiado pela Igreja Católica desde o começo de sua trajetória, sendo visto como o representante dos interesses católicos (MENESES, 2011). Franco, também profundamente católico, todavia havendo seguido a carreira militar, manteve uma relação marginal e de caráter pessoal com a Igreja Católica até a deflagração da Guerra Civil Espanhola, quando passou a ser apoiado conforme as tropas sob seu comando avançavam no território espanhol (CASANOVA, 2005; CAVICHIOLI; GALLO, 2022).

Salazar assumiu o governo português em 1932 e, um ano depois, promulgou uma nova Constituição e um *Acto Colonial* que concediam à Igreja Católica – em troca de que esta abrisse mão de sua ação política autônoma – diversas frentes de trabalho na metrópole e nas colônias (REZOLA, 2012; SIMPSON, 2014). Durante a vigência do Estado Novo (1933-1974) a Igreja Católica – a despeito de não constituir uma massa totalmente homogênea em seus propósitos – atuou para conter uma fase de fascização do regime (1936-1940), atuou em prol da ‘ação civilizadora’ portuguesa nas colônias, reforçou a imagem de Salazar como dirigente, legitimou e justificou as atuações do regime no tocante ao seu colonialismo e à sua repressão política e buscou manter abertas as vias diplomáticas portuguesas durante seu período de isolacionismo (SIMPSON, 2014).

Franco assume o governo espanhol, oficialmente, após o fim da Guerra Civil Espanhola (1936-1939). Durante o conflito, no entanto, já gozava da imagem de condutor de uma cruzada pelo catolicismo criada a partir do apoio de destacados sacerdotes. A Igreja católica moldou seu apoio, no caso espanhol, para cada uma das fases do conflito: justificou o conflito utilizando uma fundamentação religiosa, calou-se sobre os abusos nacionalistas, defendeu a legitimidade no pós-guerra e, posteriormente a 1945, trabalhou para aliviar o isolamento do governo espanhol. Tal como no caso português, em troca do apoio recebido, o regime franquista dissolveu as resoluções anticlericais do período republicano e reestabeleceu todas as prerrogativas religiosas, entre elas a obrigatoriedade do ensino religioso (CASANOVA, 2001).

Salazar, afastado do poder em 1968 e falecido em 1970, foi substituído por Marcello Caetano, que conduziu o Estado Novo até a Revolução dos Cravos de 1974 (MENESES, 2011). Franco, que faleceu em 1975, conduziu o governo até praticamente seus últimos dias (PAYNE; PALACIOS, 2014). A Revolução dos Cravos e a morte de Franco, apartadas por menos de dois anos, foram os estopins dos processos que permitiram a redemocratização de Portugal e da Espanha.

No caso português, tão logo ocorrido o processo revolucionário, punições em massa iniciaram a ser aplicadas durante o período do governo transicional. A maioria das penas impostas aos agentes da repressão variou entre um e seis meses, geralmente já comutadas por razão das prisões preventivas que haviam sido impostas. A literatura da área (RAIMUNDO, 2015; PIMENTEL, 2016; REBELO, 2016) não indica punições atribuídas a membros da Igreja Católica, mas sim a membros da PIDE/DGS – as polícias políticas do Estado – e alguns funcionários da administração estatal. Essa inexistência de dados, em conjunto com a estratégia de não enfrentamento da Igreja Católica com aqueles que pediam sua punição (SANTOS, 2013), permite estimar que a punição pós-transicional especificamente destinada aos sacerdotes portugueses não ocorreu.

No caso espanhol, definido por Escudero (2014) como um “exemplo de transição sem justiça de transição” (p. 146), um pacto de silêncio (*pacto del olvido*) não oficial e a promulgação da Lei de Anistia de 1977 impediram a responsabilização dos agentes da repressão por quaisquer tipos de crimes. Para além dos próprios agentes estatais, os clérigos colaboracionistas também foram abarcados nessa anistia, não havendo punição – até a presente data – de quaisquer de seus quadros (ESCUADERO, 2014; KOLON, 2021; CAVICHIOLI; OLIVEIRA, 2023).

2. METODOLOGIA

O presente trabalho, de metodologia qualitativa, tomou por base fontes majoritariamente secundárias, tais como livros e artigos científicos com revisão por pares e publicados em periódicos da área. Buscou-se responder a duas perguntas principais: Como se deram as relações entre a Igreja Católica e as ditaduras ibéricas do século XX? Os membros da Igreja Católica sofreram punições quando iniciados os processos de justiça de transição em Portugal e na Espanha?

Para responder a esses questionamentos, o presente trabalho foi estruturado da seguinte forma: Inicialmente, efetuou-se uma análise conjuntural em três momentos: a ascensão dos regimes de Salazar e de Franco; a manutenção desses regimes durante grande parte do século XX e; as circunstâncias de suas quedas e o retorno de Portugal e Espanha à democracia. Em sequência, apresentou-se o papel da Igreja Católica nesses processos em ambos os países, demonstrando a complexidade das

relações entre Igreja e Estado. A seguir, foram analisadas as (não) ocorrências de punições aos membros da Igreja Católica na sequência do fim dos regimes. Por fim, foram apresentadas as considerações finais.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa indicou que, embora inicialmente utilizando estratégias de apoio diferentes para os casos de Salazar e Franco por razão das próprias conjunturas, a Igreja Católica em ambos os países auferiu diversos benefícios em troca desse apoio desde os primeiros anos dos regimes autoritários ibéricos. Esses benefícios incluíam, entre outros, o monopólio do catolicismo como religião do Estado, a influência e direção religiosa dos estabelecimentos de ensino e a atividade de catolização das colônias, este último majoritariamente no caso português (CASANOVA, 2001; SIMPSON, 2014; CAVICHIOLI; GALLO, 2022; CAVICHIOLI; OLIVEIRA, 2023).

Ainda que, em ambos os casos, a Igreja Católica tenha sido afastada diretamente dos centros de poder e decisão política, sua influência indireta e sua privilegiada posição como instituição apoiadora dos regimes proporcionou a abertura de diversos âmbitos de atuação que compensaram a seu abandono da atividade política autônoma (CASANOVA, 2001; SIMPSON, 2014).

Não apenas auferindo benefícios, a Igreja Católica, em ambos os casos, atuou como apoiadora diplomática de Portugal e da Espanha quando de seu isolamento no período posterior à Segunda Guerra Mundial. Esse processo demonstrou funcionar como uma moeda de troca entre a Igreja Católica e esses regimes, complexificando a dinâmica para além de uma mera relação de apoios.

O fim das ditaduras ibéricas, embora tenha imposto algumas condenações em Portugal e não tenha propulsionado um processo de justiça de transição na Espanha, não contou, até onde foi observado, com quaisquer punições para os membros da estrutura da Igreja Católica que foram coniventes ou participantes dos regimes e das violações de direitos humanos que foram levadas à cabo durante suas durações (SANTOS, 2013; RAIMUNDO, 2015; PIMENTEL, 2016; REBELO, 2016).

4. CONCLUSÕES

Conclui-se, com base nos dados levantados, que a Igreja Católica desempenhou um importante e complexo papel nos processos políticos relativos à ascensão e manutenção do poder nos regimes capitaneados por Salazar e Franco. A atuação da instituição serviu para legitimar os regimes interna e externamente, contribuindo parcialmente para suas continuidades por quase quatro décadas.

A parcialidade dessa contribuição atesta a rejeição de uma hipotética explicação monocausal do fenômeno da longevidade das ditaduras ibéricas, que subsistiram por tanto tempo após a queda dos regimes nazifascistas por uma série de circunstâncias entre as quais o apoio da Igreja Católica se encaixa. Outros fatores que podem ser listados para ilustrar essa conjuntura são o apoio das Forças Armadas, o *zeitgeist* do século XX, as estratégias políticas individuais de Salazar e de Franco e o desinteresse das potências vitoriosas da Segunda Guerra Mundial naquela região periférica da Europa, entre outros.

Em ocasião da queda dos regimes, a Igreja Católica parece ter saído incólume – ao menos no tocante à inexistência de justiciamento de seus membros – das responsabilizações pós-transicionais, continuando a atuar nos países ibéricos quando da restauração das democracias. É pertinente dizer, portanto, que a Igreja Católica

caminhou de mãos dadas – sem que isso signifique homogeneidade ou unanimidade entre seus quadros – com as ditaduras de Salazar e Franco e, com seus finais, restou dispensada de quaisquer punições ou exames de consciência por suas ações (CASANOVA, 2001; SIMPSON, 2014; CAVICHIOLI; GALLO, 2022; CAVICHIOLI; OLIVEIRA, 2023).

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BACHOUD, Andrée. **Franco**. Trad. Miguel Albuquerque. São Paulo: Babel, 2011.
- CASANOVA, Julián. **La iglesia de Franco**. Barcelona: Editorial Crítica, 2005.
- CAVICHIOLI, B. G.; GALLO, C. A. Entre Deus e o Estado: Salazar, Franco e a Igreja Católica nas ditaduras ibéricas do século XX. In: Revista Memória em Rede, Pelotas, v.14, n.27, p. 309-334, jul./dez. 2022.
- CAVICHIOLI, B. G.; OLIVEIRA, P. H. S.; O catolicismo ibérico no banco dos réus? O papel da Igreja Católica nas ditaduras ibéricas do século XX e sua (não) responsabilização pós-transicional. In: GALLO, C. A.; CAVICHIOLI, B. G.; SOUZA, L. F.; SILVEIRA, R. A. (Orgs.). **Políticas de memória, democracia e sociedade**: contribuições para uma reflexão crítica do passado e do presente. Porto Alegre: Casaletas, 2023, p. 103-115.
- ESCUADERO, Rafael. Road to impunity: the absence of transitional justice programs in Spain. In: **Human Rights Quarterly**, n. 36, p. 123-146, 2014.
- KOLON, Hunter. A legacy of violence: the lack of transitional justice in post-Franco Spain and its impact on victimhood. In: SMU Journal of Undergraduate Research, v. 6, n. 1, p. 1-12, 2021.
- MENESES, Filipe Ribeiro de. **Salazar**: Biografia Definitiva. Lisboa: Leya, 2011.
- MOLINER PRADA, A. Clericalismo y anticlericalismo en la España contemporánea. In: **História: Questões & Debates**, n. 55, jul./dez. 2011, p. 59-82.
- PAYNE, Stanley G.; PALACIOS, Jesús. **Franco**: a personal and political biography. Madison: The University of Wisconsin Press, 2014.
- PIMENTEL, Irene Flunser. A polícia política do Estado Novo português – PIDE/DGS: História, justiça e memória. In: **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 139-156, jan./jul. 2011.
- RAIMUNDO, Filipa. A justiça de transição e a memória do autoritarismo em Portugal. In: **Revista Contemporânea – Dossiê redemocratizações e transições políticas no mundo contemporâneo**, a. 5, v. 1, n. 7, p 1-32, 2015.
- REBELO, Joana R. **Comissão do Livro Negro Sobre o regime fascista**: Em busca da verdade? 52f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas, Instituto Universitário de Lisboa. Lisboa, 2016.
- REZOLA, Maria Inácia. A Igreja Católica nas origens do salazarismo. In: **Locus: Revista de História**, v. 18, n. 1, p. 69-88, 2012.
- ROBINSON, Richard A. H. **Los orígenes de la España de Franco**: derecha, república y revolución 1931-1936. Barcelona: Ediciones Grijalbo, 1974.
- SANTOS, Paula Borges. A Igreja Católica na transição para a democracia: que estratégia perante acusações de um “passado colaboracionista com o Estado Novo”? In: PIMENTEL, Irene Flunser; REZOLA, Maria Inácia (Coords.). **Democracia, ditadura**: memória e justiça política. Lisboa: Tinta-da-China, 2013, p. 465-468.
- SIMPSON, Duncan. **A Igreja Católica e o Estado Novo salazarista**. Lisboa: Edições 70, 2014.